



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para subsidiar o processo licitatório, demonstrando sua viabilidade e conveniência. Seu conteúdo dependerá da natureza da solução a ser licitada, sendo mais complexo e minucioso na medida em que a contratação assim exigir. Ele será elaborado com base nas informações constantes do Estudo Técnico preliminar.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento de ambiente tecnológico, prevenção de ameaças cibernéticas e resposta à incidentes de segurança da informação através da implantação de NOC (Network Operations Center) e SOC (Security Operations Center) com fornecimento de toda a infraestrutura e serviços que proporcionem o monitoramento e segurança para o ambiente tecnológico do Crea-SP incluindo as respectivas unidades localizadas no Estado de São Paulo.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – Crea-SP é responsável pela fiscalização de atividades profissionais nas várias modalidades da Engenharia, Agronomia e Geociências, além das atividades dos Tecnólogos e Designer de Interiores. Assim, o Crea-SP fiscaliza, controla, orienta e aprimora o exercício e as atividades profissionais da Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitarista, Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica, Engenharia Hídrica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Eletrônica e Eletrotécnica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial, Engenharia de Produção, Engenharia de Operação, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Naval, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Materiais, Engenharia Têxtil, Geologia, Engenharia de Minas, Engenharia de Geologia, Engenharia de Agrimensura, Engenharia Cartográfica, Geografia, Agronomia (ou Engenharia Agrônoma), Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Engenharia de Pesca, Engenharia de Aquicultura, Meteorologia e Engenharia de Segurança do Trabalho, além das atividades dos Tecnólogos.

Para o cumprimento de suas funções institucionais, que se constituem, em última análise, na defesa da sociedade, o Crea-SP possui considerável patrimônio, constituído por bens móveis e imóveis, assim como inúmeros serviços prestados através de plataformas, softwares, aplicativos de celulares.

Um dos aspectos fundamentais à concepção ou ao aprimoramento de uma instituição é a busca permanente pelo conhecimento da complexidade e das características da realidade na qual se propõe agir, de forma a alcançar resultados e metas traçados. Isso significa que o enfrentamento de um problema requer conhecê-lo no que tange às suas múltiplas facetas, suas causas e desdobramentos na sociedade, conhecimento este que balizará a reflexão sobre quais ações, racionais e planejadas, devem ser consideradas e promovidas.

Para o aprimoramento contínuo dos processos internos do Crea-SP, busca-se a otimização da governança e processos operacionais de controles internos públicos, bem como a adoção das melhores práticas de gestão de riscos, alinhadas com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela jurisprudência que regula e orienta as práticas a serem seguidas por entidades da Administração Pública Federal.

O Conselho mantém informações pessoais e financeiras de cerca de 400.000 (quatrocentos mil) profissionais, além dos registros de pessoas jurídicas, Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, Certidões de Acervo Técnico – CAT, e demais informações de seus exercícios profissionais. O Crea-SP também mantém dados financeiros de todas as empresas que prestaram e prestam serviços a ele, sem contar os dados pessoais e financeiros dos funcionários também. Atualmente, os profissionais não precisam comparecer às Unidades



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

físicas para solicitar determinados serviços, pois os mesmos podem ser solicitados e pagos diretamente pelo sítio eletrônico do Conselho ou pelo seu Aplicativo, assim como também emitir seus boletos de anuidade.

Os serviços dependem cada vez mais de sistemas digitais e eletrônicos que estão interligados e conectados via redes de comunicação privada e/ou pública, no caso de acesso à Internet, e fazem uso de infraestruturas de Hardware e Software diversas e complexas, de forma que se faz mandatório o monitoramento, acompanhamento e atuação imediata de profissionais qualificados com uso de ferramental especializado e dedicado. Tais serviços abrangerão todo o sistema de tecnologia de informação e comunicação do Crea-SP.

A implantação de serviços de NOC (Network Operations Center) para o monitoramento do ambiente tecnológico do Crea-SP tem como objetivo prever e evitar falhas em equipamentos de rede e/ou serviços de TIC e sistemas críticos ao negócio do Conselho, impossibilitando ou minimizando a sua indisponibilidade ou degradação. E a implantação de serviços SOC (Security Operations Center) para monitoramento do ambiente tecnológico do Conselho tem como objetivo prover serviços e soluções de detecção e validação de incidentes, análise comportamental e detecção de tráfego malicioso na infraestrutura de rede, gerenciamento de incidentes, validação e verificação de vulnerabilidade e ações de resposta imediata que visam restabelecer os serviços de TIC, em regime de 24 (vinte quatro) horas x 7 (sete) dias da semana e em feriados.

Ressalta-se a importância combinada dos serviços de NOC e SOC de modo a prevenir eventos de desastre em TI que comprometam a continuidade dos serviços do Crea-SP, visto que, sem o devido monitoramento integral do ambiente, se está sujeito à exploração de vulnerabilidades. A interdependência desses dois serviços gera maior eficiência e garante tempo de resposta adequado a eventos de possíveis tentativas de invasões.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Serviços de monitoramento de ambiente tecnológico, prevenção de ameaças cibernéticas e resposta à incidentes de segurança da informação através da implantação de NOC (Network Operations Center) e SOC (Security Operations Center) com fornecimento de toda a infraestrutura e serviços que proporcionem o monitoramento e segurança para o ambiente tecnológico do Crea-SP, conforme especificações constantes no Caderno Técnico (Anexo A) incluindo as respectivas unidades localizadas no Estado de São Paulo, conforme Endereços de Unidades do Crea-SP (Anexo B).

4. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES

4.1. Especificações Técnicas

4.1.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1.1. As especificações técnicas e descrição dos produtos e serviços constam no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**, além das demais especificações constantes neste instrumento.

4.1.2. INSTALAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.2.1. São de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários para a instalação, configuração e ativação dos serviços, composto descrito no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.

4.1.2.2. Devem estar incluídos nos valores contratados o repasse de conhecimento necessário à plena utilização da solução descrita no Termo de Referência e CADERNO TÉCNICO, bem como eventuais encargos, taxas e despesas financeiras referentes à instalação, configuração e/ou ativação dos serviços.

4.1.2.3. As informações referentes à **INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO** constam no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

4.1.2.4. Após o recebimento da Ordem de Serviço com autorização para início dos serviços, a empresa contratada deverá apresentar CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO em conformidade com os prazos e demais condições expressas no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.

4.1.2.5. A CONTRATADA deverá possuir canal de atendimento apropriado e número telefônico gratuito, do tipo 0800, para o protocolamento e recebimento de chamados referentes a intervenções técnicas, devendo estar em conformidade com o que dispõe o **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS** sobre o atendimento.

4.2. Natureza do Serviço

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de solução de tecnologia da informação (TIC), considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital.

Os itens que constituem os serviços objeto do presente termo compõem uma única solução de TIC.

4.3. Critérios de Sustentabilidade

A empresa contratada deverá adotar na execução dos serviços as práticas de sustentabilidade e cumprir a legislação e normas técnicas vigentes.

4.4. Prazo de Vigência

4.4.1. O prazo de vigência do contrato deverá ser de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 107 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são essenciais para garantir a segurança de dados e disponibilidade de sistemas relacionados ao desempenho das atividades do Conselho, de forma que, sob eventuais ataques, sua indisponibilidade poderia impactar diretamente nas atividades administrativas e finalísticas do Conselho e acarretar grandes prejuízos à sociedade.

4.5. Transição Contratual

4.5.1. A CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia, técnicas empregadas e base de dados, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, impedindo-se, dessa forma, a dependência tecnológica.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante, além das previstas no termo de referência:

5.1.1. Providenciar a Ordem de Serviço com autorização para início dos serviços;

5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

5.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 5.1.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, de acordo com a Instrução nº 2.622/2023 do Crea-SP, para a execução das atividades de Gestão e Fiscalização.
- 5.1.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.1.7.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.1.8.** Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 5.1.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 5.1.10.** A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 5.1.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 5.1.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 5.1.13.** Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 6.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 6.1.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 6.1.3.** A empresa contratada deverá apresentar CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de assinatura do Contrato conforme condições expressas no item 4.27.2 do **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.
- 6.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.1.5.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

6.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

6.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

6.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

6.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

6.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Caderno Técnico ou instrumento congênere;

6.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

6.1.22. Para atender as a todas as necessidades de segurança do Crea-SP, deverão ser disponibilizados minimamente pela CONTRATADA:

- a) Licenças de SIEM/EDR para aproximadamente 200 servidores.
- b) Volumetria de tráfego do WAF e SIEM de 300GB dia.
- c) Publicação de 40 urls no WAF;

6.1.23. CLÁUSULAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LEI Nº 13.709/2018

6.1.23.1. Considerando que, na execução de suas atividades o CREA-SP gera e mantém um enorme volume de informações, sendo necessária a utilização de infraestrutura, processos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para garantir a segurança da informação, de modo a restarem caracterizadas as hipóteses previstas nos incisos II e III, do artigo 7º, da Lei nº 13.709/2018;

6.1.23.2. Considerando que as atividades relacionadas aos serviços de NOC (Network Operations Center) e SOC (Security Operations Center) são essenciais para a estabilidade e o bom funcionamento da rede, assim como, proteger os sistemas contra ameaças cibernéticas - como hackers e malware, eventualmente, podem resultar no tratamento de dados pessoais de terceiros e o que estabelece a Lei nº 13.709/2018;

6.1.23.3. DA CONFIDENCIALIDADE E DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS

6.1.23.3.1. As PARTES declaram, concordam e garantem que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades do Contrato e seus eventuais Aditivos e devem ser realizadas em conformidade com a legislação aplicável, sobretudo, mas não se limitando, à Lei nº 13.709/2018.

6.1.23.3.2. As PARTES declaram e concordam que, nos termos do que estabelece a Lei nº 13.709/2018, na presente contratação o CONTRATANTE atua na condição de CONTROLADOR e o CONTRATADO, realizará suas atividades na condição de OPERADOR e que, para todo e qualquer tratamento de dados pessoais vinculado a este Contrato, o OPERADOR deverá atuar de acordo com as orientações do CONTROLADOR, conforme ditames da Lei nº 13.709/2018 ou, quando for o caso, no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

6.1.23.3.2.1. O OPERADOR não pode retificar, apagar ou restringir o tratamento de dados pessoais que serão processados em nome do CONTROLADOR por sua própria iniciativa, mas somente mediante instruções devidamente documentadas pelo CONTROLADOR;

6.1.23.3.2.2. O OPERADOR não poderá criar cópias ou duplicar os dados sem que o CONTROLADOR tenha conhecimento e demonstre sua concordância, exceto, quando couber para a prestação de serviço, cópias de backup, as quais sejam necessárias para garantir o adequado tratamento dos dados pessoais, bem como, para os dados pessoais necessários, para atender aos requisitos de retenção de dados legalmente exigíveis.

6.1.23.3.3. A duração do tratamento de dados deverá respeitar o objeto contratual, bem como, o disposto na legislação aplicável.

6.1.23.3.4. As PARTES adotarão normas relacionadas à implementação de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de eventos acidentais ou ilícitos de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ou qualquer outra ocorrência decorrente de tratamento inadequado ou ilícito, implementação de programa de governança em privacidade, estruturação de planos de resposta a incidentes e remediação, sendo que as PARTES manterão procedimento para identificar, solucionar e eliminar incidentes envolvendo dados pessoais tratados sob a égide do Contrato e cooperarão uma com a outra na investigação de tais incidentes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.1.23.3.5. As PARTES reconhecem que os dados pessoais sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, o OPERADOR somente poderá realizar operações de tratamento de dados pessoais sensíveis quando estritamente necessário para cumprir com as disposições do Contrato, devendo garantir a implementação de proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações.

6.1.23.3.6. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

6.1.23.3.7. Assegurar que todos os tipos de conexões sejam criptografados e que todas as atividades do serviço tenham a garantia de registro das transações realizadas (log), apresentando um adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

6.1.23.3.8. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, o OPERADOR interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e medidas determinadas pelo CONTROLADOR, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD;

6.1.23.3.9. Em caso de o Titular de dados pessoais entrar em contato diretamente com o OPERADOR para exercer seus direitos com relação à retificação, eliminação, compartilhamento, confirmação, acesso, cancelamento ou restrição do tratamento de dados pessoais, o OPERADOR deverá encaminhar a solicitação ao CONTROLADOR no prazo de 24 (vinte e quatro) horas através do e-mail dpo@creasp.org.br.

6.1.23.3.10. As Partes se comprometem a não tratar ou autorizar o Tratamento de Dados Pessoais fora do território brasileiro sem tomar as medidas garantidoras necessárias para que a transferência esteja em conformidade com a LGPD, o que deve incluir, sem limitações, a observância de regras vinculantes aprovadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

6.1.23.4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE COMO CONTROLADOR DE DADOS

6.1.23.4.1. Garantir que todo o tratamento dos dados pessoais, desde a coleta até o seu compartilhamento com o OPERADOR foi realizado de acordo com os princípios da finalidade deste Contrato, da adequação e da necessidade disposto no art 6º, I a III, da LGPD ou qualquer legislação aplicável e que as instruções para o tratamento de dados pessoais pelo OPERADOR estão de acordo com tais normas;

6.1.23.4.2. Através de registros formais, fornecer ao OPERADOR as instruções e informações relevantes e estabelecer os critérios para que o OPERADOR tenha acesso somente aos dados pessoais necessários para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados constante deste Contrato;

6.1.23.4.3. Atender a requisições de exercício de direitos por parte dos Titulares ou solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou qualquer outra autoridade que venha a fiscalizar o tratamento de dados pessoais;

6.1.23.4.4. Garantir que os Titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) recebam as informações exigidas pela LGPD, principalmente no que tange a possível incidente de dados pessoais, nos termos da LGPD e do presente Contrato, a menos que o CONTROLADOR demonstre que o dano resultou de falha exclusiva do OPERADOR;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.1.23.4.5. O CONTROLADOR deverá, sem demora e formalmente, informar ao OPERADOR sobre mudanças no tratamento de dados que possam vir a afetar os seus deveres. Além disso, o CONTROLADOR deverá informar ao OPERADOR de ações tomadas por terceiros, entre outras, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com relação ao tratamento de dados objeto do presente Contrato.

6.1.23.5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO COMO OPERADOR DE DADOS

6.1.23.5.1. Realizar o tratamento de dados pessoais, conforme indicado pelo CONTROLADOR, unicamente para operacionalização das relações contratuais previstas, tratando destes dados pessoais no limite do quanto necessário para o bom cumprimento das suas atividades;

6.1.23.5.2. Manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realiza;

6.1.23.5.3. Seguir as instruções do CONTROLADOR no tratamento de dados pessoais, e, caso não o faça, assumir as devidas responsabilidades, nos termos da LGPD e qualquer outra lei ou regulamento que venha a tratar deste assunto, quanto as ações tomadas em desacordo com as instruções;

6.1.23.5.4. Prestar assistência ao CONTROLADOR, nos limites das obrigações impostas pela LGPD, ou qualquer outra lei que venha a tratar do assunto, caso a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou qualquer outra autoridade governamental, ou, ainda, o Titular de dados pessoais requeira informações quanto à conformidade do tratamento dos dados pessoais com a LGPD, na medida em que tais informações encontrem-se de posse do OPERADOR nas atividades de tratamento dos dados pessoais;

6.1.23.5.5. Implementar medidas de segurança, técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir documentalmente que o ambiente (seja ele físico ou virtual) utilizado para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança mínimos previstos pelo CONTROLADOR, aos padrões de boas práticas de governança, aos princípios gerais previstos na LGPD e nas demais leis ou regulamentos aplicáveis;

6.1.23.5.5.1. O OPERADOR deve dar conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTROLADOR.

6.1.23.5.6. Estabelecer diretrizes de Segurança da Informação interna de modo a sustentar os pilares de confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados do CONTROLADOR, pautadas nos requisitos do negócio, nos riscos envolvidos, na legislação e regulamentação vigente.

6.1.23.5.7. Apresentar ao CONTROLADOR, obrigatoriamente, uma Política de Gestão de Segurança da Informação interna, baseada na Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002, com a devida descrição dos controles que foram estabelecidos e implementados, os quais devem ser periodicamente monitorados, analisados e melhorados com o objetivo de identificar riscos, falhas, vulnerabilidades e descumprimentos das medidas de segurança da informação.

6.1.23.5.8. Apresentar ao CONTROLADOR, obrigatoriamente, uma Política de Gestão de Privacidade interna.

6.1.23.5.9. Restringir o acesso aos dados pessoais e ao ambiente mediante a definição de pessoas habilitadas e responsáveis pelo tratamento, responsabilizando-se pela confidencialidade dos dados pessoais.

6.1.23.5.10. Garantir a integridade das informações compartilhadas pelo CONTROLADOR, não alterando dados pessoais por sua própria iniciativa, mas somente mediante instruções devidamente documentadas pelo CONTROLADOR, enquanto perdurar o Contrato;

6.1.23.5.11. Atender imediata e adequadamente a todas as solicitações do CONTROLADOR com relação ao tratamento de dados pessoais sob este Contrato, bem como considerar a orientação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) com relação ao tratamento de dados pessoais transferidos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.1.23.5.12. Manter inventário detalhado dos acessos aos dados pessoais e aos registros de conexão e de acesso a aplicações, contendo o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso e o arquivo acessado, inclusive quando tal acesso é feito para cumprimento das obrigações legais ou determinações definidas por autoridade competente;

6.1.23.5.13. Atender o CONTROLADOR em diligências e entrevistas a serem realizadas com a finalidade de averiguação das medidas de segurança aplicadas para a proteção dos dados pessoais (due-diligence);

6.1.23.5.14. Atender o CONTROLADOR prontamente as solicitações de revisão dos procedimentos de self-assessment e/ou due diligence.

6.1.23.5.15. Realizar operações de tratamento de dados pessoais sensíveis somente quando estritamente necessário para cumprir com as disposições do Contrato, devendo garantir a implementação de proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações.

6.1.23.5.16. Sempre que necessário e solicitado pelo CONTROLADOR, o OPERADOR deverá auxiliar no atendimento das requisições realizadas por Titulares ou por qualquer autoridade.

6.1.23.5.17. Quaisquer informações solicitadas pelo CONTROLADOR deverão ser atendidas pelo OPERADOR de forma imediata ou no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) horas, justificando os motivos da demora.

6.1.23.5.18. O OPERADOR se obriga, ainda, a notificar o CONTROLADOR imediatamente sobre:

- (a) qualquer pedido legalmente vinculativo de divulgação dos dados pessoais por uma Autoridade Pública;
- (b) qualquer incidente com os dados pessoais ou serviços prestados e
- (c) qualquer solicitação recebida diretamente dos Titulares dos dados pessoais, ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sem responder a esse pedido, a menos que tenha sido autorizado de outra forma a fazê-lo.

6.1.23.5.18.1. A notificação deverá:

- (i) descrever a natureza do pedido, solicitação ou do incidente;
- (ii) descrever as consequências prováveis do incidente;
- (iii) descrever as medidas tomadas ou propostas pelo OPERADOR em resposta ao incidente; e
- (iv) fornecer o contato do DPO - Encarregado de Dados do OPERADOR.

6.1.23.5.19. O OPERADOR manterá o CONTROLADOR integralmente isento de quaisquer responsabilidades ou reivindicações dos Titulares de dados pessoais compartilhados ou tratados pelo OPERADOR em desacordo com as instruções fornecidas pelo CONTROLADOR ou, ainda, em descumprimento do Contrato, inclusive com relação aos incidentes.

6.1.23.5.20. Caso sejam ajuizadas ações pelos Titulares dos dados pessoais contra o CONTROLADOR ou sejam recebidas pelo CONTROLADOR notificações de quaisquer órgãos públicos, com base no uso indevido de dados pessoais decorrente de falha do OPERADOR, deverá o OPERADOR intervir no processo, reivindicando a condição de demandada e requerendo a exclusão do CONTROLADOR e, em caso de condenação do CONTROLADOR, o OPERADOR deverá ressarcir-lo pelo valor principal pago, bem como por todos os danos e todas as despesas envolvidas na demanda.

6.1.23.5.21. Após a expiração ou rescisão do Contrato, o OPERADOR eliminará ou devolverá ao CONTROLADOR os materiais contendo dados pessoais que lhes foram disponibilizados para os fins dispostos no Contrato, conforme instruções e prazo informados pelo CONTROLADOR, não podendo exceder a 30 (trinta) dias e de acordo com os critérios da legislação aplicável.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.1.23.5.22. Mesmo após a rescisão deste Contrato ou de outros acordos celebrados entre as Partes, as obrigações do OPERADOR perdurarão enquanto ele tiver acesso, estiver em posse ou conseguir realizar qualquer operação de tratamento dos dados pessoais envolvendo informações fornecidas pelo CONTROLADOR.

6.1.23.5.23. Manter atualizado junto ao CONTROLADOR o nome do DPO (Data Protection Officer) – Encarregado de Dados, e-mail e telefone de contato por parte do OPERADOR para manter as comunicações e solicitações entre as partes.

6.1.23.5.24. É vedada ao OPERADOR a subcontratação total ou parcial de operadores para tratamento de dados previsto no objeto do Contrato original.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Rotinas de Execução

7.1.1. As informações referentes à prazos e rotina de execução constam no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.

7.1.2. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada somente após a emissão da Ordem de Serviço, em data a ser definida com o Crea-SP e de acordo com os termos do **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**, devendo ser informado, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que atrase ou que impossibilite de assumir os serviços contratados.

7.1.3. Após o recebimento da Ordem de Serviço com autorização para início dos serviços, a empresa contratada deverá apresentar CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO em conformidade com os prazos e demais condições expressas no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.

7.1.4. A empresa contratada deverá apresentar ao Crea-SP lista com o nome e contato dos prepostos e responsáveis para acionamento em caso de problemas ocasionados por falhas técnicas, segurança e dúvidas operacionais.

7.1.5. Qualquer manutenção e/ou intervenção nos serviços que impliquem em sua inoperância ou alteração nas suas características, deverá ser previamente informada ao Crea-SP, ou imediatamente, quando em caso de emergência.

7.1.6. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.6.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

7.1.6.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, de acordo com as especificações do **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**.

7.1.6.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.1.6.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar o funcionamento da solução em acordo com as especificações técnicas, resultados e necessidades de adequações e revisões, se for o caso.

7.1.6.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.6.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.6.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.6.3.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.6.3.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.1.6.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.1.6.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.6.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.1.6.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.1.7. DA DESATIVAÇÃO

7.1.7.1. Preparação:

a) A Contratante encaminhará à Contratada, com 30 (trinta) dias de antecedência do encerramento oficial do contrato, Ofício de Encerramento comunicando que o contrato será finalizado. A oficialização certifica que a Contratante e Contratada tomem todas as ações necessárias para preparação do ambiente interno, visando ao encerramento do contrato.

b) A Contratada, após recebimento do Ofício de Encerramento, encaminhará à Contratante relação contendo nome, telefone, e-mail, departamento das pessoas que farão parte da equipe responsável pela desmobilização dos serviços.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- c) A Contratante, após recebimento da relação da equipe, formalizará em sua estrutura interna o Encerramento do Contrato com a Contratada, visando garantir que os usuários internos tenham ciência das próximas ações e prazos, a fim de cumprir o cronograma estabelecido.
- d) A Contratada precisará, ao final do contrato, garantir que todas as conexões lógicas com a Contratante sejam encerradas: acessos remotos, softwares de gestão, VPNs, portas de firewall e correlatos.
- e) O encerramento contratual só será oficializado pela Contratante após a entrega, pela Contratada, de toda a documentação histórica contratual. Esta documentação deverá constar no portal web específico da Contratante e/ou local a ser definido entre as partes, com a possibilidade de download em até 60 (sessenta) dias posteriores à data de encerramento do contrato.
- f) A lista da documentação entregue pela Contratada à Contratante, a título de passagem de conhecimento está listada abaixo, não devendo a Contratada se limitar a fornecer mais documentações, caso seja do interesse da Contratante, em fase de encerramento do contrato.

7.1.7.2. Relatórios de SLA:

- a) Base de chamados.
- b) Documentações as-built.
- c) Documentações de mudanças e implantações programadas.
- d) Planilhas de inventário de hardwares e softwares.
- e) Configuration Management Data Base – CMDB (banco de dados do service desk).
- f) Dados históricos de dashboards.
- g) Bases de dados utilizadas em dashboards.
- h) Customizações específicas realizadas e documentadas na vigência contratual.
- i) Relatórios financeiros.
- j) Atas de reuniões.

7.1.7.3. Backup de Segurança:

- a) A Contratante deverá realizar, até 1 (um) dia antes do encerramento do contrato, todas as cópias de arquivos dos usuários, os quais estão armazenados nos ativos que fazem parte do escopo contratado.
- b) A Contratada, por sua vez, deverá disponibilizar todas as bases de dados de Service Desk, ferramentas de monitoramento, chamados e históricos relacionados ao projeto.

7.1.7.4. Desmobilização dos Ativos:

- a) A Contratante deverá encaminhar Ofício de Autorização para Retirada dos Ativos fornecidos, autorizando a Contratada a enviar sua equipe para iniciar os procedimentos de retirada/coleta dos ativos.
- b) A Contratada, 1 (um) dia após o encerramento do contrato, estará autorizada a desmobilizar toda infraestrutura e equipe técnica envolvida na prestação dos serviços, incluindo o Service Desk e seus recursos de 1º e 2º níveis.
- c) A Contratada deverá realizar a embalagem de todos os ativos que fazem parte do escopo dos serviços contratados.
- d) A Contratante deverá disponibilizar área para armazenagem desses ativos embalados, visando a coleta por parte da Contratada.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

e) A Contratada deverá, no máximo, em 2 (dois) dias úteis após a embalagem de todos os ativos, providenciar a retirada deles, de uma única vez, evitando o trânsito e maiores transtornos à Contratante.

f) Todos os custos relacionados à desmobilização dos ativos e da Central de Serviços serão da Contratada.

7.2. Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle

7.2.1. Não se aplica a presente contratação.

7.3. Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

7.3.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

- Correio eletrônico (e-mail);
- Ofício;
- Ordem de Serviço; e
- Atas de reuniões redigidas pelo Fiscal Administrativo e validada pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Preposto da Contratada.

7.3.2. Toda a comunicação referente à prestação de serviço deverá ser encaminhada para os endereços de e-mail do gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo, que serão informados à Contratada após a assinatura de contrato.

7.4. Forma de Pagamento em Função dos Resultados

7.4.1. Pagamento

7.4.1.1. O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.

7.4.1.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente à contratada, no prazo de **15 (quinze) dias** contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura.

7.4.1.3. A Nota Fiscal/Fatura mensal deverá ser apresentada em até 5 (cinco) dias após o último dia do mês subsequente ao do serviço prestado, acompanhada de toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, de acordo com as especificações do **Anexo A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS**, e conforme segue:

- a) Relatório Mensal de acordo com o disposto no item 4.28.3 do Caderno Técnico.
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.4.1.4. O pagamento será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente entregues.

7.4.1.5. Retenção de impostos: O CREA-SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço conforme previsto na legislação aplicada.

7.4.1.6. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

7.4.1.7. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.4.1.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CREA-SP.

7.4.1.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.1.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438
		365	
TX = Percentual da taxa anual = 6%			

7.4.2. Reajuste

7.4.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/05/2024.

7.4.2.2. Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

7.4.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.4.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Metodologia/Formas de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução às Especificações Funcionais e Tecnológicas

8.1.1. O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.

8.1.2. Sempre que previsto, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.3. A utilização das avaliações previstas não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.1.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será realizada por meio do Relatório Mensal.

9. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. A designação dos gestores e dos fiscais de contratos e os respectivos substitutos deverão atender ao que prescrevem os artigos 8º a 10 do Decreto nº 11.246/22.

9.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, e serão exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades e o não comprometimento do desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

9.4. Na designação dos gestores e fiscais de contratos e dos respectivos substitutos, devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

10. BENS E SERVIÇOS

Item	Descrição dos serviços	Und.	Qtd.	Valor mensal	Valor Total 36 meses
1	Fornecimento de infraestrutura de monitoramento composta por hardware e softwares conforme os requisitos mínimos exigidos no Caderno Técnico, incluindo o fornecimento de videowall específicos a ser instalados nas dependências do CREA-SP.	Mês	36	R\$ 200.000,00	R\$ 7.200.000,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

2	Prestação de serviços de NOC e SOC (Serviços de monitoramento de disponibilidade, performance e gestão de chamados, bem como, correlação de eventos de segurança cibernética, gestão de vulnerabilidade, resposta a incidentes e gestão das soluções fornecidas conforme descrita no Caderno Técnico).	Mês	36	R\$ 495.414,00	R\$ 17.834.904,00
TOTAL					R\$ 25.034.904,00

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A volumetria necessária para atender à infraestrutura de T.I. do Crea-SP foi calculada tendo em base os dados atuais fornecidos pela Unidade de Infraestrutura, Modernização e Segurança da Informação – UINFRA, do Crea-SP, conforme segue:

Detalhes Específicos da Infraestrutura:

- O Crea-SP possui uma rede de fibra ótica que interliga as unidades da capital:

- a) Sede Faria Lima
- b) Sede Rebouças
- c) Sede Nestor Pestana
- d) Sede Angélica
- e) Unidade de Gestão e Inspeção Norte
- f) Unidade de Gestão e Inspeção Oeste
- g) Unidade de Gestão e Inspeção Leste
- h) Unidade de Gestão e Inspeção Sul
- i) Unidade Barra Funda

- O Crea-SP possui uma rede MPLS que interliga suas 181 unidades distribuídas no estado de São Paulo, em diversos municípios.

- O Crea-SP possui uma interligação com a Empresa de Datacenter via Link de Fibra Óptica;

- Crea-SP possui uma interligação com a Empresa de CallCenter através de Link dedicado;

- A Rede do Crea-SP possui quatro saídas para internet com redundância.

- a) Na unidade Faria Lima, com 200 Mbps
- b) Na unidade Angélica, com 200 Mbps
- c) Na unidade Nestor Pestana, com 200Mbps
- d) No Datacenter da empresa contratada do Crea-SP com capacidade de 300Mbps

- O CREA possui aproximadamente 200 Servidores hospedados no seu Datacenter, que fornecem mais de 50 (dessas, algumas são apenas internas e outras possuem acesso pela internet) aplicações WEB para seus colaboradores e são compostos por Sistemas operacionais Windows, IBM/AIX, Linux com bancos de dados SQL Server, MySQL, DB2 e PostgreSQL.

12. PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Item	Descrição dos serviços	Und.	Qtd.	Valor mensal	Valor Total 36 meses
1	Fornecimento de infraestrutura de monitoramento composta por hardware e softwares conforme os requisitos mínimos exigidos no Caderno Técnico, incluindo o fornecimento de videowall específicos a ser instalados nas dependências do CREA-SP.	Mês	36	R\$	R\$
2	Prestação de serviços de NOC e SOC (Serviços de monitoramento de disponibilidade, performance e gestão de chamados, bem como, correlação de eventos de segurança cibernética, gestão de vulnerabilidade, resposta a incidentes e gestão das soluções fornecidas conforme descrita no Caderno Técnico.)	Mês	36	R\$	R\$
TOTAL					R\$

13. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE PROJETOS – GDEP - Centro de custo: 08.06.01.03.01.01 -, previstas no orçamento do Crea-SP para o exercício de 2024, na conta orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.005 – Serviços de Informática.

14. LOCAIS DE ENTREGA

14.1. Todos os equipamentos deverão ser entregues e instalados na Sede Faria Lima, no endereço Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros, São Paulo - SP, 01452-000, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, exceto feriados, após prévio agendamento com a equipe de gestão do contrato.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO	<input type="checkbox"/> Empreitada	<input checked="" type="checkbox"/> Preço Global	<input type="checkbox"/> Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	<input checked="" type="checkbox"/> Global	<input type="checkbox"/> Por Grupo	<input type="checkbox"/> Por Item

15.1. Qualificação Técnica

15.1.1. A LICITANTE deverá atender todos os itens apresentados neste documento ao ofertar a solução para prestação dos serviços contemplados;

15.1.2. A LICITANTE deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove experiência anterior na prestação de serviços na área de operação de Network Operation Center (NOC) e Security Operation Center (SOC) compatível com o do CONTRATANTE, emitido por entidade pública e/ou privada, em papel timbrado, contendo todas as informações do emissor (nome da empresa, endereço, telefone de contato e endereço eletrônico);

15.1.3. A critério do pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar informações adicionais necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) ou declaração(ões) apresentado(s), inclusive cópia de pelo menos uma nota fiscal do serviço constante no documento apresentado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

15.1.4. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações para comprovar o quantitativo mínimo exigido, exclusivamente quando se referir a períodos concomitantes.

15.1.5. Não serão aceitos, em hipótese alguma, atestados de empresas do mesmo grupo econômico;

15.1.6. Os atestados deverão ser compatíveis em características e quantidades com o objeto da Licitação. Entende-se como compatíveis em características e quantidades com o objeto da Licitação: Atestados que comprovem que a Licitante prestou ou está executando pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, serviços de características técnicas semelhantes às do objeto do presente Edital. Entende-se como características técnicas semelhantes as comprovações para:

15.1.6.1. Prestação de serviços na área de operação de Network Operation Center (NOC) e Security Operation Center (SOC) o qual deverá englobar:

a) Prestação de serviços de monitoramento, com alocação de mão-de-obra dedicada e on site, a qual deverá abranger no mínimo o monitoramento dos seguintes ativos de TI e Redes de Telecomunicações: Rede de Dados Local e de Longa Distância (WAN); Links Metropolitanos de Fibra Óptica Apagada; Links Metropolitanos de Fibra Óptica LAN-to-LAN; Links de Acesso a Internet; Rede Wireless; Switches; Firewall; Servidores de Aplicação; Servidores de Bancos de Dados com sistemas operacionais Windows, Linux e AIX; Aplicações Web e Bancos de Dados propriamente ditos, incluindo o fornecimento de sistemas e serviços capazes de coletar, controlar, gerenciar o desempenho, identificar proativamente degradações, gargalos e tentativas de ataques e incidentes cibernético.

b) Os atestados de prestação dos serviços de SOC devem ter como base e mencionar o fornecimento integrado de plataformas, na modalidade de serviço, compostas por hardware(s) e software(s), e os respectivos serviços associados a operação das respectivas ferramentas, os quais devem contemplar: serviços de firewall de aplicação web (WAF) com volumetria de no mínimo 5TBytes/mês; serviços de coleta, armazenamento e correlação entre analytics (logs), inteligência de ameaças e anomalias no comportamento dos usuários da rede (SIEM) com volumetria mínima de 100GBytes/dia; serviços de detecção e resposta de dispositivos móveis ou não móveis (EDR); serviços de identificação, inventário, monitoramento em tempo real com detecção de anomalias e comportamentos suspeitos além de testes preventivos de APIs; serviços controle e gerenciamento de ativos de tecnologia da informação; e abertura e acompanhamento de chamados; Serviços de monitoramento proativo, e detecção de tentativas de incidentes; Serviço de Gestão, análise e tratamento das vulnerabilidades para no mínimo 200 ativos incluindo obrigatoriamente, no mínimo Aplicações Web, Servidores, Banco de Dados e Dispositivo de Redes; e Pentest.

15.1.7. Os critérios descritos no item 15.1.6 são usuais no mercado para o presente objeto, sendo essenciais e de extrema necessidade para a perfeita execução do objeto almejado.

15.2. Critérios de Seleção

15.2.1. Critérios Gerais

15.2.1.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.2.1.1.1. A indicação é a abertura de processo licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de proposta pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

15.2.1.2. Exigências de habilitação

15.2.1.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

15.2.1.2.1.1. Habilitação jurídica

15.2.1.2.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.2.1.2.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.2.1.2.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.1.2.1.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.1.2.1.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.2.1.2.1.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2.1.2.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.2.1.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2.1.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.1.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.2.1.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.1.2.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.2.1.2.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.1.2.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

15.2.1.2.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.2.1.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

15.2.1.2.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.2.1.2.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.2.1.2.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

15.2.1.2.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

15.2.1.2.1.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

15.2.1.2.1.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.2.1.2.1.3.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.2.1.2.1.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

15.2.1.2.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.2.1.2.1.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.2.2. Subcontratação

15.2.2.1. Não será permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

15.2.3. Formação de Consórcio

15.2.3.1. Não será permitida a formação de Consórcio.

15.2.4. Alteração Subjetiva

15.2.4.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

15.2.5. Garantia Contratual

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

16. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

16.1. Sanções Administrativas

16.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.1.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:
 - (1) moratória de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - (2) compensatória de **2 %** (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.1.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

16.1.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.1.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.1.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.1.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.1.7. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.1.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. ANEXOS

- ANEXO A - CADERNO TÉCNICO – PRODUTOS E SERVIÇOS
- ANEXO B - Unidades do CREA-SP
- ANEXO C – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA
- ANEXO D – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E DEMAIS SERVIÇOS